

## **A SOCIEDADE MODERNA E A PROBLEMATIZAÇÕES DA EXPERIÊNCIA: O SUJEITO COMO PRÁTICA DE SUBJETIVAÇÃO**

### **Resumo**

O presente texto discute brevemente sobre questões que centralizam algumas inquietações referentes à produção de subjetividades e a construção de identidades. As quais se fundam na indagação sobre os modos de os sujeitos se relacionarem consigo mesmos, com os outros, com a cultura e os artefatos culturais. Investe em uma discussão que busca estabelecer uma relação entre questões relativas ao pensamento sociológico de Max Weber através dos conceitos de "ação social" e "racionalização", e de conceitos que permeiam a análise histórica de Michel Foucault. Com vistas a problematizar a respeito da produção de sujeitos e subjetividades, os quais dizem respeito aos modos de existência aprendidos a partir de relações de saber e poder. Weber em sua crítica a sociedade moderna direcionando, neste caso um olhar ao que denominou de pedagogia do treinamento, ainda que entendida sob a égide das regras propostas por essa mesma sociedade. Propomos uma aproximação destas questões com a análise crítica de Foucault no que se refere à produção de sujeitos éticos, propondo que em nosso tempo, a grande e necessária luta a ser empreendida deve ser aquela que se faz contra tudo aquilo que mais submete nossa subjetividade. É preciso dizer que em nosso entendimento o pensamento foucaultiano em sua análise dos discursos problematiza a produção de subjetividades submersas no jogo de poder e saber. Ao aprofundar a "história das problematizações da experiência" formula um novo modo de abordar o sujeito como prática de subjetivação.

**Palavras-chave:** Ação social. Racionalização. Discurso. Subjetividade. Subjetivação

## **MODERN SOCIETY AND THE EXPERIENCE OF PROBLEMATIZATIONS: SUBJECT AS SUBJECTIVATION PRACTICE**

### **Abstract**

This paper briefly discusses issues that centralize some concerns regarding the production of subjectivities and the construction of identities. Which are based on the inquiry into the ways of the subjects relate with themselves, with others, with the culture and cultural artifacts. Invests in a discussion that seeks to establish a link between issues concerning the sociological thought of Max Weber through the concepts of "social action" and "rationalization" and concepts that permeate the historical analysis of Michel Foucault. In order to discuss about the production of subjects and subjectivities, which relate to the existence of modes learned from relations of knowledge and power. Weber in his critique of modern society directing, in this case a look at what he called pedagogy training, although understood under the aegis of the proposed rules by the same company. We propose an approach these issues with Foucault's critical analysis in relation to the production of ethical subject, proposing that in our time, the great and necessary fight to be undertaken should be one that is against everything that more submitting our subjectivity. We must say that in our understanding of Foucault's thought in his analysis of discourse discusses the production of subjectivities submerged in power play and learn. To deepen

the "history of problematizations experience" formulates a new way to approach the subject as practical subjectivity.

**Keywords:** Social action. Rationalization. Speech. Subjectivity. subjectivity

### **Introduzindo a questão**

O presente artigo investe no exame do tratamento reservado ao fenômeno educativo em suas relações com o processo de modernização através da discussão de alguns conceitos e interpretações desenvolvidas pela sociologia clássica e as narrativas mestras as quais tomam a modernidade como alvo de reflexão, e analisar o percurso de re-construção das principais sínteses teóricas na contemporaneidade.

Propõe-se então discutir brevemente sobre questões que centralizam algumas inquietações referentes à produção de subjetividades e a construção de identidades. As quais se fundam na indagação sobre os modos de os sujeitos se relacionarem consigo mesmos, com os outros, com a cultura e os artefatos culturais.

Em nossa pesquisa de mestrado<sup>1</sup> direcionamos o olhar para a TV, enquanto produto midiático e artefato cultural que se faz presente no contexto social da maioria dos homens e mulheres na sociedade contemporânea, ao entendermos que os modos pelos quais a mídia existe em nosso tempo são instauradores de uma nova ordem, segundo a qual as tecnologias produzem modos de existência, estilos, que se apresentam como naturais, como imediatos, sugerindo que a familiaridade das imagens televisivas e das páginas de jornal e revistas se imponha como garantia de verdade, de afetuosa partilha de verdade, de cotidianos, e não de jogo de interpretação.

Na referida pesquisa estávamos em busca de compreender em que medida a prática pedagógica da EJA está implicada com as culturas de imagem veiculadas nas telenovelas, na medida em que faz uma investigação da receptividade ao discurso televisivo, gênero telenovela e nesta, a veiculação de vários discursos do feminino, suas implicações na

---

<sup>1</sup> Dissertação defendida em 2011 com o título: Trabalho e maternidade: regularidades enunciativas do discurso da feminilidade no currículo da EJA e no currículo cultural da telenovela. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br:8080/xmlui/handle/123456789/4186> .

formação social dos sujeitos educativos e multiculturais. Com base nos Estudos Culturais (EC)<sup>2</sup>, os quais estão unidos por uma abordagem cuja ênfase está na importância de se analisar o conjunto da produção cultural de uma sociedade – seus diferentes textos e suas práticas – para entender os padrões de comportamento e a constelação de idéias compartilhadas por homens e mulheres que nela vivem. Nosso foco está nos processos de subjetivação de gênero mediados por elementos discursivos e não discursivos da telenovela.

Para tanto, tomamos a mídia em seu “dispositivo pedagógico” e cultural de anúncio e produção de saberes, sentidos e subjetividades. Trabalhamos com a hipótese de que há uma relação que, apesar de complexa, acontece entre a cultura de massa, por meio de seus produtos e os (as) receptores (as), consumidores (as) mediados (as) pela forma como são estruturados os textos midiáticos.

Estudos mostram que a sociedade contemporânea encontra-se imersa no mundo audiovisual atribuindo à mídia importância e valor enquanto meio de aprendizagem e informação de nosso tempo. Costa (2006) afirma que no Brasil, a partir do século XX, a televisão configurou-se em um poderoso espaço de produção e circulação de significados com valor de verdades e apesar disso, a televisão é muito pouco estudada em seu conteúdo e seu potencial.

Neste sentido Fischer (1976) salienta que a tevê se caracteriza na contemporaneidade pela ampliação dos espaços em que nos informamos em que de alguma forma se aprende a viver, a sentir e a pensar sobre si mesmo. E que não apenas veicula, mas constrói discursos e produz significados e sujeitos.

Sarlo (1997, p. 138) afirma ainda que é exatamente essa aparência democrática da mídia que se estabelecer através das suas personagens reais e/ou fictícias com certa maneira íntima, imediata, de fácil compreensão e que torna todos os acontecimentos visíveis aos olhos, que deve servir como objeto de investigação das pesquisas educacionais.

---

<sup>2</sup> Os Estudos Culturais têm como principais categorias de pesquisas atuais os estudos de gênero e sexualidade, além das categorias: nacionalidade e identidade nacional, pedagogias culturais, política da

**Revista Eletrônica de Ciências da Educação, Campo Largo, v. 16, n. 1 e 2, abril de 2017.**

A partir do exposto, estamos investindo, com o presente texto, numa discussão que buscará estabelecer uma possível relação entre questões relativas ao pensamento sociológico de Max Weber que tem seu ponto de partida no conceito ou premissa de "*ação social*" que se orienta pelas ações de outros, que podem ser passadas, presentes ou esperadas como futuras, tais como, a vingança, atitudes de defesa e conceitos que perfazem a análise histórica crítica de Foucault sobre a produção de sujeitos, o qual além de estar sempre submetido a relações de controle e dependência está submerso em diversas práticas, em espaços institucionais em que são convocados a construir verdades sobre si mesmo numa dinâmica que mistura submissão e resistência. Com o propósito de problematizar a respeito da produção de sujeitos e subjetividades, os quais dizem respeito aos modos de existência aprendidos nas relações de saber e poder.

### **O pensamento sociológico e a sociedade moderna**

Sabemos, por meio das pesquisas, debates sobre a sociedade moderna com vista a compreensão, interpretação e análise da realidade e dos fenômenos sociais, que a sociedade industrial capitalista moderna, se consolidando a partir das primeiras décadas o século XIX, desenvolve-se até os dias atuais e revolucionou, num período histórico muito curto, o modo de vida das sociedades ocidentais em suas dimensões econômica, política, cultural.

Escolhemos dentre os debates da sociologia clássica, o pensamento de Max Weber a partir do conceito de *ação social* e de *racionalização*, temas que perpassam, podemos afirmar, toda obra weberiana como forma de responder sobre as condições em que se processaram a instauração da racionalidade no mundo moderno.

Os estudos sociológicos de Marx Weber têm como ponto de partida o conceito de "*ação social*" (CARVALHO, 2005) e de que a sociologia é uma ciência da compreensão da ação social.

Para este autor, os indivíduos enxergam o mundo a partir de seus valores e estes são compartilhados, subjetivados de maneiras distintas, de acordo com os processos de

---

estética, discurso e textualidade, cultura popular, dentre outros temas, numa era pós-moderna.

**Revista Eletrônica de Ciências da Educação, Campo Largo, v. 16, n. 1 e 2, abril de 2017.**

interação, o meio cultural e o modo de assimilação dessa cultura ao qual estão inseridos e de acordo com *os diferentes tipos de racionalidade empregados pelos indivíduos*. A ação social ocorre quando o indivíduo leva a ação dos outros em consideração no momento de tomar uma atitude, de praticar uma ação, como explica Carvalho (2005), a partir de um trecho de sobre algumas categorias da sociologia compreensiva:

Por "ação humana" (incluindo a omissão e tolerância) entendemos sempre um comportamento compreensível com relação a objetos, isto é, um comportamento especificado ou caracterizado por um sentido (subjetivo) real ou mental, mesmo que ele não seja quase percebido. A ação que especificamente tem importância para a sociologia compreensiva é, em particular, um comportamento que: 1. está relacionado ao sentido subjetivo pensado daquele que age com referência ao comportamento de outros; 2. Está co-determinado no seu decurso por esta referência significativa e, portanto, 3. Pode ser explicado pela compreensão a partir deste sentido mental subjetivamente (p.62).

De acordo com o pensamento weberiano, o indivíduo ao agir, leva em consideração a expectativa dos outros e ao mesmo tempo estabelece uma relação com as normas sociais consolidadas institucionalizadas que influem sobre o seu agir, é isso que caracteriza sua ação uma ação social. O próprio Weber exemplifica o que para ele, é considerada uma *ação social*:

Uma racionalidade concebida como o encontro entre os homens e os valores aos quais articulam de modos distintos no plano subjetivo, cabendo às *Ciências da cultura* estudar exatamente esta relação ou interação entre homens e valores no seio da vida cultural, ou seja, decifrar o sentido da ação social, a compreender das condutas humanas.

A razão é histórica e contingente, não sendo possível determinar como será no futuro ou analisar o presente a partir de uma análise comparativa com o passado e, é culturalmente determinada na medida em que é derivada das interações estabelecidas entre os sujeitos, não sendo assim, nem uma construção individual nem tão pouco, tem uma finalidade um sentido em si, como pensava Marx. E ao se estabelecer na relação, constrói-se então, padrões culturais.

Nesta perspectiva, os significados e sentidos dos sujeitos são definidos dentro de

cada cultura pelos próprios sujeitos, que definem o que é ser humano, suas necessidades e como estas devem ser atendidas. Portanto, o racionalismo ou a racionalização em Weber é uma interpretação que os sujeitos fazem da realidade, do mundo. Existindo, no entanto, uma matriz civilizatória que define o seu modelo de racionalização de cada cultura.

Esta interpretação de mundo propõe um modelo de indivíduo, o qual é fruto das representações que os sujeitos criam sobre o mundo que se tornam verdadeiras. Orienta a existência, o modo de ser e de estar desses mesmos sujeitos no mundo. No entanto, como explicar o caráter de contingência da história e da cultura?

A explicação de Weber advém da compreensão de que algumas representações se tornam dominantes, interpretações que parecem mais eficazes e em sendo assim adquirem o estatuto de dominação que se alto legitimam. Esses são para ele, os processos de dominação. Pois, ao mesmo tempo em que há uma liberdade dos sujeitos criarem uma realidade, se tornam reféns da própria criação.

Sendo assim, o agir em sociedade, de acordo com o pensamento weberiano supõe um agir em comunidade, no qual as expectativas se baseiam nos regulamentos sociais vigentes. Onde a ordem social é uma espécie de condensação de expectativas recíprocas, organizado e inteligível pelos sujeitos sociais. Quanto mais disseminada socialmente estiver à convicção de cada um sobre determinado cumprimento de regra e que este é obrigatório, mais fundamentadas serão as expectativas de uns com relação ao comportamento de outros, por convenção. Essas expectativas recíprocas, segundo Weber, querem por convenção ou de direito passam por um processo de institucionalização, com fins coletivos de regras gerais e de órgãos próprios que permanece independentemente da renovação de seus membros, tais como as comunidades religiosas, o Estado.

Apesar da complexidade do debate Weberiano, a partir alguns conceitos centrais em seus estudos, expostos aqui de forma sucinta, a sociologia de Weber, ainda que um tanto quanto pessimista, nos permite pensar que embora estejamos obrigados a agir conforme um conjunto de regras que regulam a vida social são criações históricas. E sendo históricas passíveis de mudança. Esse entendimento traz contribuições importantes quanto ao papel da educação na sociedade moderna.

Ao estudar civilizações ocidentais modernas, Weber caracterizou seu racionalismo de racionalismo da dominação do mundo. Sob forma de uma racionalização que se caracteriza pela reificação das relações que estabelecemos com o mundo, com os outros sujeitos como sendo meios para atingimento de fins individuais.

Esta perspectiva nos permite, sobretudo, refletir sobre como pensamos os dados de realidade. Se a história não é dada, porque não nos parece problemático aceitar algumas convenções sociais.

A partir dessa premissa, poderíamos afirmar então, que a tarefa da educação recai apenas na formação de sujeitos que ajam de acordo com *seus* padrões de valores últimos e individuais, em contribuir para uma postura de reflexão sobre sua conduta - sob uma análise de sua coerência atrelada, segundo o pensamento weberiano, ao que ele denomina de integridade intelectual - equilíbrio ou senso de proporção de suas convicções pessoais, à ciência e à educação caberia, ao menos em princípio, esclarecer acerca dessas ações em relação aos valores, contribuindo para a construção subjetiva de um senso de responsabilidade e coerência.

Mas em que medida a análise histórica e crítica de Michel Foucault se aproxima da sociologia de Max Weber e nos ajuda a refletir a respeito da produção de identidade e subjetividades?

Na medida em que contribui para problematizarmos o próprio pensamento de que é na cultura que os sujeitos constroem sentido, atribuem juízo de valor às coisas. E, ao interagir, produz valores culturais e esta cultura, retorna sobre estes mesmos sujeitos condicionando-os, produzindo-os.

Stuart Hall (2000) sinaliza que nas sociedades modernas as identidades recebem um sentido volátil de acordo com a forma como os sujeitos sociais se relacionam com as identidades. Em “A identidade cultural e a pós-modernidade”, responde à pergunta que intitula o segundo capítulo: O que está em jogo na questão das identidades?

Ao apresentar uma situação real que será tomada como exemplo para ilustrar as consequências política da fragmentação de identidades descreve um fato real para exemplificar o que ele chama de jogo das identidades. O fato foi à indicação pelo então

presidente Bush, do juiz Clarence Thomas para suprema corte americana. Um juiz negro de visão conservadora.

Diante de uma acusação de assédio sexual, a opinião da e posicionamentos da sociedade americana se polariza não em relação ao fato, mas, com relação ao jogo de identidades, neste caso de raça e de classe. Destaca: "Alguns negros apoiaram Thomas, baseados na questão de raça; outros se opuseram a ele, tomando como base a questão sexual; (...) As mulheres conservadoras brancas o apoiaram por se oporem ao feminismo; as mulheres negras estavam divididas, dependendo de qual identidade prevalecia". Sendo assim, o que está em discussão é o jogo de identidades e suas consequências políticas.

Hall (*idem*) afirma que, sendo assim, a identificação dos sujeitos pode ser ganha ou perdida na medida em que a identidade muda de acordo como o sujeito é interpretado. Isso implica em mudanças nas formas de interpretar o mundo, a realidade, de se relacionar com a cultura.

As sociedades modernas podem ser caracterizadas pelas descentralizações e por mudanças constantes, rápidas e permanentes de identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas - o sujeito pós-moderno. É este que "estabelece relações de natureza instrumental com o mundo, com as coisas, e com os Outros. Tanto o que está externo ao sujeito, quanto a sua própria subjetividade, pode ser transformada em algo a ser utilizado; em produto; em elemento de consumo". Sujeitos polarizados, de vivências ambíguas, "líquidos".

A identidade se torna uma marca, os modos de existir se transformam em um estilo. No entanto, contraditoriamente, essa identidade, o nosso modo de estar no mundo, afirma Zygmunt Bauman (2005), busca sua referência nos vínculos, e ao mesmo tempo, constrói um mundo em que o desprendimento é praticado como uma estratégia comum da luta pelo poder e da auto-afirmação.

Precisamos de relacionamentos, e de relacionamentos em que possamos servir para alguma coisa, relacionamentos aos quais possamos referir-nos no intuito de definirmos a nós mesmos. Mas em função dos comprometimentos de longo prazo que eles sabidamente inspiram ou

inadvertidamente geram, os relacionamentos podem ser, num ambiente líquido moderno, carregados de perigos. [...] Se não podemos confiar na qualidade, quem sabe a salvação não está na quantidade? Se todo relacionamento é frágil, quem sabe o recurso de multiplicar e acumular relacionamentos não vai tornar o terreno menos traiçoeiro? [...] E nós usamos permanentemente o conforto de "estar em contato" sem os desconfortos que o verdadeiro "contato" reserva. Substituímos os poucos *relacionamentos* profundos por uma profusão de *contatos* pouco consistentes e superficiais (p.75).

Pensando com Bauman, estamos sendo recrutados e recrutadas deliberada e constantemente para um treinamento de *consumidores*, não de produtores e denomina esta dinâmica de uma "educação continuada de consumidor" - um modo consumista requer que a satisfação precise ser, deva ser seja de qualquer forma instantaneamente, enquanto o valor exclusivo, a única utilidade, dos objetos, é a sua capacidade de proporcionar satisfação. Onde os veículos de comunicação de massa, ainda que sejam os únicos, se constituem espaços que se dirigem à educação das pessoas.

Parece-nos que este entendimento aproxima-se do que Foucault (1995) entende por espaços de subjetivação dos sujeitos - espaços institucionais específicos e históricos de aprendizagem da existência sob um jogo de saber e poder.

### **A análise foucaultiana e a produção de subjetividades**

Pensar sobre a compreensão de produção de sujeitos e as relações sociais na perspectiva crítica em Michel Foucault nos remete inevitavelmente ao conceito de discurso e de subjetividade. Exatamente pelo fato de que para este autor a noção de sujeito está implicada com a noção poder. Sob um entendimento de que ao mesmo tempo em que é submetido e controlado há uma possibilidade de resistência, a qual está relacionada aos processos de subjetivação.

A subjetividade, na perspectiva foucaultiana, é produzida, moldada, fabricada em diferentes práticas discursivas, em relações heterogêneas de poder-saber (Foucault, 1993).

Nessas relações, os indivíduos são subjetivados de diferentes modos e passam a constituir a si mesmos como sujeitos.

Os modos de subjetivação, por sua vez, são todos os processos e as práticas heterogêneas por meio dos quais os seres humanos vêm a se relacionar consigo mesmos e com os outros como sujeitos de certo tipo (Foucault, 1995b). Com isso, Foucault procurou mostrar que “as formas modernas de poder atam a subjetividade do indivíduo à sujeição desse indivíduo (ser controlado por outro) e explorar a articulação entre poder e saber, em cujo interior se produz o sujeito. Os processos de subjetivação estão diretamente relacionados às experiências que o sujeito faz de si mesmo, num jogo de verdade em que é fundamental a relação consigo” (FOUCAULT, 1994, p. 14). São sempre situados e amplamente diversos, nos modos de existência que produzem, de acordo com a época e o tipo de construção social.

Assim, entendemos que o conceito de subjetivação sugere pensar que as identidades são formadas e transformadas continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 2000) bem como, constituídas em muitas instâncias e espaços.

Durante a análise dos aspectos voltados para a recepção ao texto midiático em investigação apresentada como exame final do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela UFPE em 2008 sob o título “Mídia, gênero e educação de jovens e adultos: a telenovela e processos de subjetivação” nos foi possível perceber que, apesar de alunas e professoras da EJA compartilharem de uma mesma percepção sobre a novela, se referem de maneira diferenciada a respeito desses aspectos. Nos relatos de alunas, o texto televisivo aparece ligado ao modo de ser e de estar no mundo, referindo-se às formas de comportamento. Nos relatos das professoras percebemos que ao falarem do texto televisivo e sua representação, esse material aparece atrelado ao modo de ver típico da escola, sob um caráter didático, instrumental. Não havendo a compreensão do que Fischer (1976) denomina de um “*novo estado da cultura*”. Este termo se refere à nova concepção sobre o currículo, o qual tem como característica principal uma ampliação das fontes de informação e de aprendizagem sobre como viver, sentir e pensar sobre nós mesmos

Nesta perspectiva o espaço escolar constitui-se em um desses importantes espaços, instituições. Em sua materialidade física, recursos materiais, códigos. Determina os usos diversos do tempo e do espaço, consagra a fala ou o silêncio, institui significados, sentimentos, imprime posturas nos sujeitos. Homens e mulheres aprendem e incorporam gestos, movimentos, habilidades e sentidos, aos/os quais respondem, acatam, aceitam ou rejeitam, reagem, enfim, estabelecendo algum tipo de relação.

O currículo “fala”, conta histórias e saberes que se pretendem universais, fala de alguns sujeitos e não de outros por meio de mecanismos imperceptíveis e naturalizados ou normalizados/normalizantes; a linguagem institui e demarca lugares, pelo ocultamento ou silêncios, mas também pelas adjetivações atribuídas aos sujeitos em relação ao comportamento (COSTA, 2005, p. 12).

No contexto das pedagogias, a mídia televisiva em seu dispositivo pedagógico, como propõe Fischer (1976, p.) se configura em um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, enunciados científicos, proposições filosóficas ou ainda como um artefato cultural ocupa um lugar singular do social articulando múltiplos discursos e acionando uma política de identidade assim como postula Costa (2005, p. 78). Tais dispositivos, numa perspectiva foucaultiana são vistos como práticas discursivas. Práticas que obedecem a regras anônimas sobre o que se pode dizer ou não sobre a vida.

Em Foucault, o discurso é concebido como uma materialidade que implica regras específicas para o dizer e para sua repetição e está intrinsecamente implicado com o conceito de poder. E nesse sentido, os elementos que o constitui também o revela.

Em “Arqueologia do Saber”, Foucault (1995) postula que os discursos não confrontam nem associam realidade e língua, léxico e experiência; nem devem ser vistos como conjunto de signos que aí estão para remeter a este ou àquele conteúdo, a esta ou àquela representação. Os discursos são sempre práticas que efetivamente formam os objetos que falam, e não se reduzem a um conjunto de falas, de imagens ou de textos que relacionamos para analisar. Na verdade, tudo é prática em Foucault.

Fischer (2002b) nos lembra de que na análise foucaultiana não há nada por desvelarem-se tudo está imerso em relações de poder e saber, que se implicam mutuamente, ou seja, enunciados e visibilidades, textos e instituições, falar e ver constitui práticas sociais por definição permanentemente presas, amarradas às relações de poder, que as supõem e as atualizam.

Nesse sentido, o discurso ultrapassa a simples referência a coisas, existem para além da mera utilização de letras, palavras e frases, não pode ser entendido como um fenômeno de mera expressão de algo: apresenta regularidades intrínsecas a si mesmo, através das quais é possível definir uma rede conceitual que lhe é própria. É a esse mais que o autor se refere, sugerindo que seja descrito e apanhado a partir do próprio discurso, até porque as regras de formação dos conceitos, para Foucault (1995), não residem na mentalidade nem na consciência dos indivíduos; pelo contrário, elas estão no próprio discurso e se impõem a todos aqueles que falam ou tentam falar dentro de um determinado campo discursivo.

O discurso em Foucault é mais que a própria palavra, é um elemento de poder em sua função produtiva, atrativa, cínica mesmo. E neste sentido, supõe haver certo temor, perigo na “proliferação indefinida” da fala e de seus discursos, mas qual?

Levanta a hipótese de procedimentos complexos e sutis de controle e distribuição da produção discursiva: “suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos; dominar seu acontecimento aleatório; esquivar sua pesada e temível materialidade”.

Foucault nos convida a verificação de sua hipótese sob o que compreende por procedimentos de exclusão, e aponta dois procedimentos: a interdição e a rejeição.

A interdição parece estabelecer onde, como, o quê é permitido falar e quem é o autor: “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, em fim, não pode falar de qualquer coisa”. Segundo o autor esse procedimento obedece na verdade, ao mesmo tempo, um ritual – da circunstância, é ao tabu – do objeto, é um direito – do sujeito que fala e, a partir de um

jogo triplo de interdições que se cruzam, reforçam ou se compensam formando uma teia complexa: dinâmica, flexível ou rígida, silenciosa quando se trata da sexualidade e da política – o desejo e o poder. Já o conceito de rejeição aparece sinalizado na história das sociedades sob uma relação dicotômica entre a razão e a loucura.

O discurso liga o sujeito à sua subjetividade, a sua vontade de verdade. Seria um conjunto de enunciados sob regras que circulam em determinados campo de saber. Dar conta, nos distanciarmos do que há de perverso e perigoso no discurso, seria fazer o que ele denomina de três decisões: questionar nossa vontade de verdade, restituir ao discurso seu caráter de acontecimento, suspender a soberania do significante. Ou seja, “o discurso não é simplesmente aquilo que manifesta ou oculta o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo [...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1995).

### **Problematizando a experiência: O sujeito como prática de subjetivação**

Discutir as formas de ser e estar no mundo, de pensar sobre a si mesmo e de pensar suas experiências, e como estas são mediadas pelas práticas pedagógicas, estamos no pensamento foucaultiano, portanto, falando das formas de subjetivação.

Desta maneira, nos aproximamos dos últimos estudos de Foucault em direção ao sujeito para si, ou como “ser-para-si” e sua íntima relação com o domínio de saberes e de “práticas normativas” e formas de subjetivação.

Michel Foucault em “*História da sexualidade*” no terceiro volume – “o cuidado de si”, dirige sua preocupação mais para a ética do que para a política, e faz uma análise das práticas que visam à manipulação da vida pessoal – “as artes da existência” nas sociedades grega e romana, considerando assim as diferentes modalidades da construção da relação *de si consigo mesmo*.

Esta é a questão central no texto de 1982 “Les Techniques de soi”, quando afirma sobre sua preocupação em estudar as regras, os deveres, as proibições – principalmente às

relacionadas com a sexualidade, pois estão sempre ligadas à obrigação de dizer a verdade sobre si, as restrições, bem como os sentimentos, os pensamentos e desejos que podiam estar escondidos no *si*. Propõe um esboço da evolução da hermenêutica de si da filosofia greco-romana dos dois primeiros séculos do começo do Império Romano, e da espiritualidade cristã e os princípios monásticos tais como se desenvolveram nos séculos IV e V, sob o Baixo-Império.

Aqui, seu objetivo é “esboçar uma história das diferentes maneiras nas quais os homens, em nossa cultura, elaboram um saber sobre eles mesmos: a economia, a biologia, a psiquiatria, a medicina e a criminologia” com vistas a analisar seus “jogos de verdade” – técnicas específicas dos quais os homens se utilizam para compreenderem aquilo que são. Assim como no estudo das prisões, o conceito de “governamentalidade – o encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si”, constitui seu duplo interesse.

No entanto, este segundo Foucault volta sua atenção para o sujeito e desta forma, intenta “fazer uma história da organização do saber tanto no que concerne à dominação quanto no que concerne ao si”, ou no dizer de Larrosa (1994, p. 54), em Foucault:

O sujeito pedagógico ou a produção pedagógica do sujeito é analisado fundamentalmente do ponto de vista da subjetivação, isto é, do ponto de vista de como as práticas pedagógicas constituem e mediam certas relações da pessoa consigo mesmo, enquanto sujeitos falantes, confessantes, que em relação a uma verdade de si mesmo da qual participam de sua produção.

Neste sentido, há um enlace entre experiência de si e subjetividade. Pois, assim como “a subjetividade em Foucault se refere a uma prática, uma maneira de se relacionar consigo mesmo para se construir, para se elaborar” (GROS, 2006, p. 128), a “experiência de si” se constitui quando uma determinada experiência humana é focalizada como objeto, ou seja, quando determinados estados ou atos dos sujeitos são problematizados em um

determinado tempo histórico, por uma determinada sociedade e de maneira e por motivos específicos.

Significa dizer que, como as problematizações são situadas, contingentes e particulares analisar “uma história da experiência de si com respeito a um determinado domínio material – a sexualidade, por exemplo, seria neste sentido pensar a história das problematizações que constituem as condições de possibilidade, a história dos discursos orientados a articulá-la teoricamente e a história das práticas orientadas para fazer coisas com ela” (LARROSA, 1994, p. 56).

Portanto, analisar as técnicas de si implica pensar o sujeito, sua história, e a experiência que faz de si, na medida em que:

São as técnicas de si que permitem aos indivíduos efetuarem, sozinhos ou com a ajuda de outros, certo número de operações sobre seus corpos e suas almas, seus pensamentos, suas condutas, seus modos de ser; de transformarem-se a fim de atender certo estado de felicidade, de pureza, de sabedoria, de perfeição ou de imortalidade. (FOUCAULT, 1994, p. 784)

Desta forma, o que está em jogo para Foucault é a história das técnicas de ajuste da relação de si para consigo, levando em conta as práticas por meio das quais nos constituímos como sujeitos, ou seja, “a história das técnicas de subjetivação, história do olhar a partir do qual eu me constituo para mim mesmo como sujeito” (GROS, 2006, p. 129).

Considerando a “experiência de si” em sua contingência, poderíamos verificar com que termos a relação do sujeito consigo mesmo, pode ser materializada em um determinado campo. No vocabulário pedagógico, por exemplo, Larrosa (1994, p. 38) aponta alguns termos que implicam em algum tipo de experiência de si, tais como, autoconfiança, auto-estima, autonomia, autodisciplina etc.

Nesta perspectiva, analisar as experiências de si, não significa investigar sobre os comportamentos ou as ideologias, mas, “analisar as problematizações através das quais o

ser se dá como podendo e devendo ser pensado, e as práticas a partir das quais essas problematizações se formam” (LARROSA, 1994, p. 43).

Dizendo de outra maneira, é seguir duas regras da metodologia foucaultiana: interrogar uma ontologia do sujeito, ou seja, interrogar os universais antropológicos em sua constituição histórica e tomar as práticas concretas como domínio central de análise. (*idem*, p.44).

As experiências que o sujeito faz de si, constituem-se no resultado de um complexo processo histórico de produção no qual se entrecruzam os discursos que definem a verdade do sujeito, as práticas que regulam seu comportamento e as formas de subjetividade, ou mecanismos de produção de experiência de si – os dispositivos.

Deleuze (1990, p. 155) em “O que um dispositivo?” afirma que “a filosofia de Foucault se apresenta como uma análise de dispositivos concretos”, nos aproximando do conceito de dispositivo concreto desenvolvido por Foucault, definindo-o como:

[...] uma espécie de novelo ou meada, um conjunto multilinear. É composto por linhas de natureza diferente e essas linhas do dispositivo não abarcam nem delimitam sistemas homogêneos por sua própria conta (o objeto, o sujeito, a linguagem), mas seguem direções diferentes, formam processos sempre em desequilíbrio, e essas linhas tanto se aproximam como se afastam uma das outras. Cada está quebrada e submetida a variações de direção (bifurcada, enforquilhada), submetida a derivações. Os objetos visíveis, as enunciações formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa determinada posição, são como que vetores ou tensores.

E ainda:

[...] os dispositivos têm, como componentes linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de força, linhas de subjetivação, linhas de ruptura, de fissura, de fratura que se entrecruzam e se misturam, enquanto umas suscitam através de variações ou mesmo mutações de disposição.

Trata-se, portanto, segundo Larrosa (1994, p. 58) da “dimensão do poder”, e o poder é a terceira dimensão do espaço interno do dispositivo, espaço variável com os dispositivos. Esta dimensão se compõe, como o poder, com o saber. O poder é uma ação sobre ações possíveis. Onde as ações são modificadas. Não se é o caso de pensarmos na existência de uma sociedade, grupos, indivíduos que possam ser capturados por uma força exterior, mas, “é o poder em suas operações que os fabrica a partir de uma materialidade indiferenciada.

Para este autor os dispositivos pedagógicos concretos de produção e mediação da experiência de si, podem ser descritos em suas cinco dimensões fundamentais: uma dimensão ótica, segundo a qual se determina e se constitui o que é visível dentro do sujeito para ele mesmo; uma dimensão discursiva, na qual se estabelece e se constitui aquilo que o sujeito pode e deve dizer acerca de si mesmo; uma dimensão jurídica, basicamente moral, em que se dão as formas nas quais o sujeito deve julgar a si mesmo de acordo com uma trama de normas e valores; uma dimensão que inclui e relaciona os componentes discursivos e jurídicos, a qual sua modalidade discursiva é essencial para a construção temporal da experiência de si, ou seja, da auto-identidade – a narrativa; uma dimensão prática, que estabelece o que o sujeito pode e deve fazer consigo mesmo. E enfatiza:

As máquinas óticas, os regimes discursivos e os padrões jurídicos são inseparáveis dos procedimentos de fabricação dos sujeitos obedientes à lei, normais e normalizados, atentos a si mesmos. [...] A experiência de si, desde a dimensão do dominar-se, não é senão o produto das ações que o indivíduo efetua sobre si mesmo com vistas à sua transformação. E essas ações, por sua vez, dependem de todo um campo de visibilidade, de enunciabilidade e de juízo (*idem*, p. 79).

Assim, “um dispositivo pedagógico será qualquer lugar onde se aprendem ou se modificam as relações que o sujeito estabelece consigo mesmo” (LARROSA, 1994, p. 57). E a experiência de si, a correlação, em um corte espaço-temporal concreto, entre domínios de saber, tipos de normatividade e formas de subjetivação.

Vale acrescentar que Deleuze (1990) os materializa observando os sistemas disciplinares desenvolvidos por Foucault em “Vigiar e Punir”. O qual propõe que é no interior desses sistemas funciona um “mecanismo penal” que esses sistemas se caracterizam nos julgamentos, apreciações e diagnósticos concernentes ao estabelecimento e cumprimento da norma pelos indivíduos. Este conceito traz para a discussão o conceito de normalização. Na medida em que a normalização fixa os sujeitos no aparelho de produção e de controle da própria existência, sendo ela mesma um regime de exercício de poder disciplinar que se constitui sob a perspectiva de uma técnica de apoderamento dos sujeitos, como objetos e instrumentos de poder. Definida como efeito e instrumento do poder no núcleo dos sistemas disciplinares, descreve as condições de produção dos espaços da sociedade.

E ainda Fischer (1976, p. 87), ao analisar o dispositivo da sexualidade e o dispositivo pedagógico da mídia, declara que normalizar e disciplinar corpos e mentes são as grandes artes do poder, que emergem no século XX, a partir do momento em que:

[...] na complexidade das redes de informação e comunicação experimentada pelo homem contemporâneo, não há praticamente um lugar, um dia de sua vida em que ele não seja chamado ou cuidar do seu corpo ou a prescrutar a própria sexualidade. [...] Não há sutilezas: vivemos em um tempo em que tudo deve ser dito e em dizendo, estamos expostos a palavra da normalização. Essa parece ser a fórmula básica de vários produtos midiáticos, na medida em que explicitamente propõem-se a serem educativos.

Para além destas constatações, acrescenta que é importante estudar os grandes mecanismos de controle e repressão, mas as micropráticas cotidianas e difusas por situar a positividade do poder, principalmente aquelas referidas a todas as formas de relação consigo, ou seja, como somos subjetivados.

### **Algumas considerações**

Na discussão que estamos empreendendo a análise foucaultiana se estabelece em uma relação que se propõe a um movimento em direção oposta ao pensamento weberiano.

Enquanto em Weber as relações entre os sujeitos são compreendidas pelos sentidos contidos ou estabelecidos nas relações. Estas são propostas levando em consideração a expectativa dos outros e ao mesmo tempo estabelece uma relação com as normas sociais consolidadas institucionalizadas que influem sobre o seu agir, é isso que caracteriza sua ação uma ação social, em outras palavras, no espaço entre a norma e sua conduta.

Foucault propõe analisar as regras de materialidade do discurso, dizendo melhor, investigar as regras que regem essas relações históricas; as práticas concretas presentes nos discursos, pois, em última análise, os discursos também produzem as práticas sociais e as subjetividades. Onde no pensamento foucaultiano a noção de subjetividade está diretamente relacionada às experiências que o sujeito faz de si mesmo, num jogo de verdade em que é fundamental a “relação consigo”, um conceito foucaultiano, desenvolvido especialmente em seus últimos escritos.

Essas experiências podem ser identificadas nas técnicas e exercícios, propostos em espaços institucionais específicos e históricos, e nos quais se convida o sujeito a observar-se e a reconhecer-se como um lugar de saber e de produção de verdade. Sua subjetividade estaria sendo formada especialmente mediante esse tipo de experiência. Poderíamos tomar como exemplo das inúmeras práticas de exercícios de auto-avaliação, técnicas de reflexão sobre ações vividas, entre tantas outras.

Ao discutir sobre o pensamento weberiano nos inscrevemos no entendimento de que suas reflexões sobre o mundo moderno, a educação e a ciência inauguram, dentre outros aspectos, um olhar para os sujeitos, sua relação com os outros entre os sujeitos sociais para pensarmos, de alguma forma, sobre nossos valores e senso de responsabilidade. Conceitos que nos parece caros numa atualidade de relações reificadas, tornadas coisas, onde o fim último é o *status* e o poder sob a lógica do capital. O qual Weber sinalizava ao criticar o que ele denominou de "pedagogia do treinamento" em seu texto “Burocracia”, como Rodrigues (2004) cita: “[...] Quando ouvimos de todos os lados, a exigência de uma adoção de currículos regulares e exames especiais, a razão para isso é,

decerto, não uma 'sede de educação' surgida subitamente, mas o desejo de restringir a oferta dessas posições e de sua monopolização pelos donos dos títulos educacionais".

Weber em sua crítica a sociedade moderna direcionando, neste caso um olhar ao que denominou de pedagogia do treinamento, ainda que entendida sob a égide das regras propostas por essa mesma sociedade nos permitiu uma aproximação destas questões com a análise crítica de Foucault no que se refere à produção de sujeitos éticos, propondo que em nosso tempo, a grande e necessária luta a ser empreendida deve ser aquela que se faz contra tudo aquilo que mais submete nossa subjetividade.

Concordamos com Fischer (2001) ao afirmar que no campo educacional um dos investimentos maiores precisa ser de justamente indagar sobre, afinal, como cada um de nós participa dos processos de produção de sentidos na nossa sociedade, como cada um de nós está submetido a normas e regras veiculadas não apenas nos lugares tradicionais, mas estabelecem inúmeros tipos de relações cotidianas complexas no interior da cultura e que por vezes, de alguma forma, submete as subjetividades. Na medida em que, como define Silva (2009), a subjetividade envolve nossos sentimentos e pensamentos mais pessoais, no entanto, esta subjetividade só ganha significado pela linguagem e na cultura, e estes envolvidos no processo de produção de identidades.

É preciso dizer que em nosso entendimento o pensamento foucaultiano em sua análise dos discursos problematiza a produção de subjetividades submersas no jogo de poder e saber, ou seja, aponta que há nas sociedades um controle, seleção, organização e redistribuição da produção de discursos, ou seja, um normal, enquanto identidade social historicamente construída. Ao aprofundar a "história das problematizações da experiência" formula um novo modo de abordar o sujeito como prática de subjetivação.

## Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005

CARVALHO, Alonso Bezerra de. **Max Weber: modernidade, ciência e educação**. Petrópolis: Vozes, 2005

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise de discurso**. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

\_\_\_\_\_. (org.) **O currículo nos limiares do contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, 4.ed.

DELEUZE, Gille. **O que é um dispositivo?** Rio de Janeiro: Brasiliense, 1990

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **O Estatuto pedagógico da mídia: questões de análise** In: Educação & Realidade. Porto Alegre/UFRGS, 1976, vol. 1 n° 1

\_\_\_\_\_. **Foucault e a análise do discurso**. In: Cadernos de Pesquisa. Rio de Janeiro/PUC, 2001, n.114, p.197-223

\_\_\_\_\_. **O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na e pela TV**. In: Revista Educação e Pesquisa. Porto Alegre/UFRGS, 2002a, vol. 28, n° 28

\_\_\_\_\_. **Problematizações sobre o exercício de ver: mídia e pesquisa em educação** in: Revista Brasileira de Educação. Porto Alegre/UFRGS, 2002b, n. 20

FOUCAULT, Michel. Verdade e subjetividade. In: **Revista de Comunicação e Linguagem**, Lisboa, v. 1, n. 19, p. 203-223, 1993.

\_\_\_\_\_. As tecnologias de si. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et Écrits**. Paris: Gallimard, 1994, Vol. IV, p. 783-813

\_\_\_\_\_. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert. L.; RABINOW, Paul. (Org.). **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense, 1995b.

\_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2006

GROS, Frédéric. O cuidado de si em Michel Foucault. In: RAGO, Margareth; VEIGANETO, Alfredo (org.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tadeu Tomaz Silva; Guacira Lopes Louro. 4ªed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000

LAROSSA, Jorge. Tecnologias do Eu e Educação. In SILVA, Tomaz Tadeu (Org.) **O Sujeito da Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, p.35-86, 1994.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, 5.ed.

SARLO, Beatriz. **Cenas da Vida Pós-moderna: intelectuais, arte e videocultura**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000

SILVA, Tadeu Tomaz da. **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2009

WEBER, Max. **Ação Social e Relação Social**. In: Economia y Sociedad, trad. de José Medina Echavarría et.al., Fondo de cultura econômica, México, 1969, vol. 1. p.18-23